



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB**

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD

INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH

BACHARELADO EM HUMANIDADES

JAILSON LEVI SOUSA DO NASCIMENTO

**ESTRATÉGIAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO
DO PROJETO PADRINHOS DO ENEM DA EEEP RAIMUNDO CÉLIO
RODRIGUES (PACATUBA-CE)**

REDENÇÃO - CEARÁ

2020

JAILSON LEVI SOUSA DO NASCIMENTO

**ESTRATÉGIAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO
DO PROJETO PADRINHOS DO ENEM DA EEEP RAIMUNDO CÉLIO
RODRIGUES (PACATUBA-CE)**

Projeto de pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ao curso de Bacharelado em Humanidades, vinculado ao Instituto de Humanidade, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Dra. Jacqueline da Silva Costa

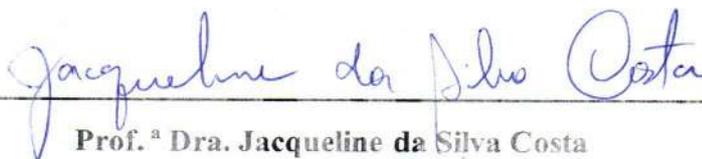
REDENÇÃO - CEARÁ

2020

JAILSON LEVI SOUSA DO NASCIMENTO

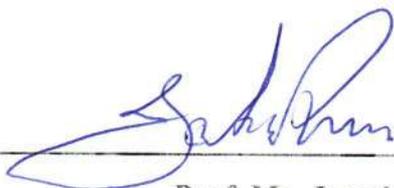
**ESTRATÉGIAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR : UM ESTUDO DE CASO
DO PROJETO PADRINHOS DO ENEM DA EEEP RAIMUNDO CÉLIO
RODRIGUES (PACATUBA-CE)**

BANCA EXAMINADORA



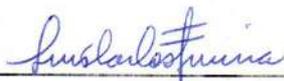
Prof.ª Dra. Jacqueline da Silva Costa

(Orientadora / IH UNILAB)



Prof. Me. Joserlene Lima Pinheiro

(Examinador / IH UNILAB)



Prof. Dr. Luis Carlos Ferreira

(Examinador / IH UNILAB)

REDENÇÃO - CEARÁ

2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe Ana Cleia Pereira. Mulher negra, que batalhou e batalha até hoje, para que eu pudesse e para que eu possa me dedicar exclusivamente aos estudos. Que como inúmeras outras mulheres, abdicou de várias coisas em sua vida, inclusive sua própria educação, para assumir o papel de mãe e pai. Papel que assumiu muito bem. Me educou e me educa, para que eu possa ser melhor a cada dia. E sua garra é o que me motiva sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder forças diariamente e me guiar para que eu pudesse continuar na jornada acadêmica, mesmo com todas as dificuldades que surgiram durante esse período.

Agradeço ao Professor Joserlene Pinheiro, pela paciência e atenção durante a produção deste trabalho. Onde com o mesmo, eu consegui absorver inúmeros aprendizados que levarei comigo sempre.

Agradeço a minha família, por acreditar em mim, e me encorajar a cada dia na minha jornada.

Agradeço a EEEP Raimundo Célio Rodrigues, em especial minha madrinha do Enem Jéssica Oliveira, que me deu todo apoio para que eu chegasse a universidade, e que até hoje me apoia sempre que eu preciso.

E por fim, e não menos importante. Agradeço a todas as professoras e professores que contribuíram de alguma maneira para minha formação, desde a educação básica, até a educação superior.

RESUMO

O presente projeto de pesquisa, tem como objeto de estudo, o projeto Padrinhos do Enem. O projeto padrinhos do Enem, é um projeto desenvolvido na EEEP Raimundo Célio Rodrigues. Ele tem início no começo do último ano letivo dos alunos, com ações voltadas para dar um suporte aos estudantes do 3º ano, anteriormente a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). E esse suporte, procede até a utilização das notas obtidas no exame, nos sistemas de seleção para a obtenção de vagas na educação superior. Desse modo, o presente projeto de pesquisa tem como objetivo, Analisar o projeto Padrinhos do Enem da Escola Estadual de Educação Profissional de Raimundo Célio Rodrigues, como política de acesso à educação superior. A pesquisa será realizada por meio de uma abordagem qualitativa, descritiva, e será realizada por meio de um Estudo de caso. Serão utilizados para a coleta de dados, as técnicas de observações, entrevistas e consulta documental.

Palavras Chave: Educação Superior, Política de acesso, Enem.

ABSTRACT

O presente projeto de pesquisa, tem como objeto de estudo, o projeto Padrinhos do Enem. O projeto padrinhos do Enem, é um projeto desenvolvido na EEEP Raimundo Célio Rodrigues. Ele tem início no começo do último ano letivo dos alunos, com ações voltadas para dar um suporte aos estudantes do 3º ano, anteriormente a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). E esse suporte, procede até a utilização das notas obtidas no exame, nos sistemas de seleção para a obtenção de vagas na educação superior. Desse modo, o presente projeto de pesquisa tem como objetivo, Analisar o projeto Padrinhos do Enem da Escola Estadual de Educação Profissional de Raimundo Célio Rodrigues, como política de acesso à educação superior. A pesquisa será realizada por meio de uma abordagem qualitativa, descritiva, e será realizada por meio de um Estudo de caso. Serão utilizados para a coleta de dados, as técnicas de observações, entrevistas e consulta documental.

Key-words: Educação Superior, Política de acesso, Enem.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 OBJETIVOS.....	11
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
3.1 O DIREITO LEGAL À EDUCAÇÃO.....	12
3.2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA.....	14
3.3 O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR, E O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO COMO PRINCIPAL FORMA DE ACESSO.....	17
3.4 A ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RAIMUNDO CÉLIO RODRIGUES.....	21
4 METODOLOGIA.....	24
4.1 O OBJETO DE ESTUDO.....	24
4.2 ABORDAGEM E MÉTODO DE PESQUISA.....	25
4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	26
4.4 COLETA DE DADOS E ÉTICA DE PESQUISA.....	26
5 CRONOGRAMA DE PESQUISA.....	30
6 REFERÊNCIAS	31
APÊNDICES	34
Apêndice A - Roteiro de entrevista com o núcleo gestor da instituição (Grupo Focal)	35
Apêndice B - Entrevista inicial com participantes do projeto Padrinhos do Enem (Grupo Focal).....	36
Apêndice C - Entrevista Final com participantes do projeto Padrinhos do Enem (Grupo Focal)	37
Apêndice D - Roteiro de Observações.....	38
Apêndice E - Entrevista com os “Padrinhos” do Enem.....	39
Apêndice F - Os dados documentais.....	40

1 INTRODUÇÃO

A Educação pode ser considerada um tema complexo e capaz de gerar importantes debates na sociedade atual. Inclusive, debates relacionados à garantia de acesso aos cidadãos, mesmo sendo apresentada como um direito na Constituição Brasileira (1988) e na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948).

No Brasil, a Educação tem como um de seus objetivos, formar indivíduos nas diferentes áreas do conhecimento, para a colaboração no desenvolvimento da sociedade brasileira (BRASIL, 1996). Ela pode ser definida como um bem público (SOBRINHO, 2010) por ter em seu objetivo um caráter voltado ao bem comum, e não voltado a interesses exclusivamente dos indivíduos.

Assim, a Educação brasileira é dividida em níveis de ensino, sendo a educação básica, composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Além da educação superior (BRASIL, 1996). O ensino médio constitui-se em três anos, e corresponde ao último ano da escolaridade básica, tendo como sequência a educação superior. Levando em consideração essa divisão de níveis, no presente projeto farei um recorte específico na transição do ensino médio para a educação superior.

Inicialmente, cabe ressaltar, que o crescimento da educação superior no Brasil, tanto da rede pública, como da rede privada, expresso através do censo da educação superior de 2018, que será mostrado mais adiante. Está diretamente relacionado com a importância que a educação superior passou a assumir na sociedade de forma geral.

Em pesquisa realizada por Sparta e Gomes (2005), que investigou a importância atribuída por alunos do ensino médio, ao ingresso na educação superior. Mostrou-se que a opção pelo ingresso na educação superior, aparece de forma hegemônica como a principal alternativa, a ser seguida pelos jovens, após a conclusão do ensino médio. Ainda de acordo com os autores, essa escolha justifica-se como sendo motivada pelo desejo de ascensão social das classes populares, levando em consideração a valorização das profissões de curso superior. A pesquisa foi realizada com 659 jovens do último ano do ensino médio, em 8 escolas públicas e particulares, de Porto Alegre (RS). Os dados mostraram que dos jovens de escolas públicas (330 jovens) e dos jovens de escolas particulares (329 jovens), 86,2% escolheram o vestibular como alternativa após a conclusão do ensino médio.

O vestibular nesse contexto se refere um meio de acesso à educação superior através de realização prova. Atualmente, de acordo com Travitzki (2013) o Enem (Exame

Nacional do Ensino Médio) se consolidou como um vestibular nacional, sendo atualmente a principal forma de acesso às instituições de educação superior.

Uma das principais discussões referentes à educação superior brasileira, está concentrada mais especificamente nas dificuldades encontradas pelos indivíduos, de terem acesso à esse nível educacional. Onde pode-se ter como exemplo a desigualdade social. E assim, através dessas dificuldades encontradas para o acesso à educação superior, onde tem-se como principal meio de acesso atualmente, o Enem. Surgiram alternativas para superar essas dificuldades. Como é o exemplo dos cursinhos denominados pré-vestibulares, ou cursinhos pré-Enem.

De acordo com Whitaker (2010), os cursinhos tem sua origem constituída na própria criação do exame vestibular em 1910. Porém a autora considera, o ano de 1920, como um marco do início expansão desses cursinhos, levando em consideração o argumento, de que nesse ano, o número de candidatos à educação superior, superou o número de vagas disponíveis.

“Mas ao final do século XX, em meio ao alvoroço democratizante provocado pelos movimentos sociais, pela criação de ações afirmativas e pela luta contra a exclusão e o racismo, surgiram os primeiros cursinhos populares.” (WHITAKER, 2010, p. 293-294) Através do exposto, pode-se dizer que tais ações foram idealizadas, a fim de driblar as dificuldades encontradas pelos indivíduos participantes desses cursinhos populares.

Atualmente, pode-se constatar resultados dessas ações, através da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018, realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE, 2018). A pesquisa constatou que negros e pardos são 51% nas Universidades Federais.

Os cursinhos pré-vestibulares de acordo com Zago (2008), têm como objetivo principal a democratização do ensino. A autora argumenta que esse objetivo de democratização, se constitui devido a ampliação do número de vagas ter mantido profundas desigualdade no acesso à educação superior.

Através do exposto, e pensando os cursinhos pré-vestibulares como uma iniciativa para garantir o acesso à educação superior, o presente projeto de pesquisa tem como objeto de estudo o “Padrinhos do Enem”. Que é um projeto realizado pela Escola Estadual de Educação Profissional Raimundo Célio Rodrigues, localizada em Pacatuba Ceará.

O Padrinhos do Enem é uma iniciativa utilizada para apoiar o acesso à educação superior. Ele tem como participantes, os professores, o núcleo gestor e os alunos

do 3º ano da instituição. Os professores e gestores são denominados de “Padrinhos” e os alunos de “Afilhados”.

O Padrinhos do Enem, tem início no começo do último ano letivo do aluno, com ações voltadas para dar um suporte aos estudantes do 3º ano, anteriormente a realização do Exame Nacional do Ensino Médio. E esse suporte, procede até a utilização das notas obtidas no exame, nos sistemas de seleção, para a obtenção de vagas na educação superior.

A partir do exposto, a presente pesquisa pretende responder: Que elementos do Projeto Padrinhos do Enem, da Escola Estadual de Educação Profissional Raimundo Célio Rodrigues, caracterizam-no como política para a inserção dos alunos concluintes do ensino médio, na educação superior?

Em primeiro lugar, a motivação para este projeto de pesquisa, surgiu a partir da minha proximidade com o objeto de estudo. Visto que, fui um dos alunos participantes do projeto Padrinhos do Enem, ao final do meu ensino médio em 2017. Onde a partir dessa participação, consegui observar a importância do mesmo, para estudantes de escolas públicas.

Além disso, após o final do projeto, pude avaliar de forma positiva os impactos que ele proporcionou em minha preparação para o Enem. Além de ter me possibilitando refletir sobre a importância da continuidade em meus estudos. Onde pude perceber a existência de um outro caminho a ser seguido, diferente do mercado de trabalho.

Em segundo, acrescento também como um fator motivador para o desenvolvimento deste projeto, os conhecimentos obtidos por mim, durante minha formação no Bacharelado Interdisciplinar em humanidades. Onde pude desenvolver um olhar mais crítico em relação à sociedade. Principalmente na disciplina “Organização da educação básica nos países da integração”, onde através da mesma passei a compreender a educação no Brasil.

Dessa maneira, a pesquisa proposta se torna importante devido a alguns fatores, dividindo-se em fator pessoal, acadêmico e social.

A importância pessoal, está presente no que se refere ao meu interesse pela pesquisa em educação. Assim, a pesquisa proposta me servirá como uma iniciação na área em que pretendo seguir, isso somado as minhas experiências, obtidas nas disciplinas voltadas para a pesquisa no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades.

A importância acadêmica, está presente basicamente na utilização do projeto Padrinhos do Enem como objeto de estudo. Pois, o mesmo possui especificidades em relação a outros projetos com o mesmo objetivo. Como por exemplo, a instituição em que se desenvolve o projeto Padrinhos do Enem, ser da rede pública de ensino. Pois, comumente esse tipo de ação direcionadas para a realização do Enem, são executadas de forma mais expressiva, em cursinhos particulares fora da escola, onde nem todos podem ter acesso. E também, em algumas instituições particulares de ensino. Onde é comum notar, através dos meios de comunicação, a publicidade feita com as aprovações obtidas pelos alunos nas Instituições de Ensino Superior (IES), através dos processos seletivos.

A importância social, constitui-se na utilidade que a pesquisa poderá ter após a conclusão. Os resultados obtidos, poderão servir a Escola Estadual de Educação Profissional Raimundo Célio Rodrigues, onde é realizado o projeto Padrinhos do Enem. Onde a instituição poderá utilizar esses resultados, alcançados por meio de metodologia científica, para realizar alterações no projeto, visando sua melhoria. Caso julgue necessário.

2 OBJETIVOS.

2.1 OBJETIVO GERAL:

Analisar o projeto Padrinhos do Enem da Escola Estadual de Educação Profissional Raimundo Célio Rodrigues, como política de acesso à educação superior.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Descrever a organização do projeto Padrinhos do Enem;
- b) Analisar as atividades desenvolvidas durante o projeto Padrinhos do Enem(2019-2020);
- c) Identificar as potencialidades do projeto Padrinhos do Enem, quanto a inserção de alunos no Ensino Superior na região onde se insere.

3 REFERENCIAL TEÓRICO.

Para melhor compreensão teórica, o referencial a seguir aborda discussões que estão diretamente ligado com o objeto de estudo, Padrinhos do Enem. Considerações relacionadas a garantia de direitos através de legislação nacional e internacional. O histórico e as considerações referentes a da Educação Superior no Brasil. Discussões sobre o Enem como sendo atualmente o principal meio de acesso à Educação superior. E por fim, considerações relacionadas ao modelo de instituição na qual a pesquisa será realizada.

3.1 O DIREITO LEGAL À EDUCAÇÃO.

A Educação se firmou internacionalmente como um direito, principalmente através da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). Essa declaração, foi criada por uma comissão da Organização das Nações Unidas (ONU). Sendo iniciada em 1946, durante a sessão do Conselho Econômico e Social da Nações Unidas, e sendo aprovada em 10 de dezembro de 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas. O documento contém 30 artigos, nos quais são expressos os direitos básicos que todos os cidadãos devem possuir. Independentemente de qualquer diferença.

De acordo com Gentili (2009), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi uma das resoluções mais ambiciosas da Organização das Nações Unidas (ONU). Ela, foi redigida de acordo com seu preâmbulo, sob o impactos das atrocidades ocorridas durante a segunda guerra mundial. (COMPARATO, 2015, p. 238).

Assim, a Declaração expõe seu caráter humanista, com o objetivo de garantir dignidade humana em diversos aspectos, expressos em seus artigos.

Seu Artigo XXVI apresenta que todo ser humano, tem direito a instrução. Essa, devendo ser gratuita pelo menos nos graus elementares fundamentais. Além disso, assegura que a instrução elementar deve ser obrigatória, e a instrução técnico-profissional deve ser acessível a todos. Assim como a instrução superior, está baseada em seu mérito. No caso do Brasil, esses graus citados, são os que concernem na educação básica obrigatória.

O direito à instrução, deve visar a expansão da personalidade humana e o reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais (ONU, 1948). Entre outras coisas, o direito à educação se manifesta em diversos países pelo mundo, por meio de seus documento oficiais.

De forma mais precisa, e juridicamente falando, Faoro (1981, p.16 apud SANTOS, 2008, p. 23) define constituição como sendo “A suprema força política de um país, nas suas normas e valores, coordenadora e árbitra de todos os conflitos, sempre que fiel ao poder constituinte legitimamente expresso”.

Sendo a sétima Constituição da história nacional, a atual Constituição Federal Brasileira, foi aprovada pela Assembleia Constituinte em 22 de setembro de 1988, e promulgada em 5 de outubro de 1988. Para Santos (2008) A atual constituição, trouxe significativos avanços para a educação e ensino, especialmente com referência a direitos, deveres, fins e princípios norteadores.

A Constituição Federal de 1988, Classifica a educação como sendo um Direito Social. Juntamente com a saúde, a alimentação, o transporte, o lazer e a segurança, por exemplo. Nesse sentido, os Direitos Sociais, podem ser definidos como aqueles que “se realizam através de políticas públicas, destinadas a garantir amparo e proteção social aos mais fracos e mais pobre. Ou seja, aqueles que não dispõem de recursos próprios para viver dignamente”. (COMPARATO, 2015, p. 79).

O artigo 205 da Constituição define a educação como sendo, direito de todos e dever do Estado e da família. Devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Mais especificamente, a lei que define e regulamenta o sistema educacional brasileiro é a Lei Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Mais conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Sendo a segunda LDB brasileira.

A primeira LDB é de 20 de Dezembro de 1961. SAVIANI (2010) esclarece que em meio ao que foi discutido em relação a implementação dessa LDB, a tendência adotada para a mesma, foi a que defendia a liberdade do ensino e o direito da família de escolher o tipo de educação que desejasse para seu filho. Assim, tal tendência foi adotada com o pretexto de que trazia consigo risco de totalitarismo. Segundo Romanelli (1984 apud Oliveira et al. 2010, p. 45) o central não estava no direito da família, mas sim no intuito de beneficiar a iniciativa privada.

A atual LDB (1996), de acordo com Oliveira et al. (2010) foi fruto de discussões, e lutas de interesse de setores da sociedade num anseio de participação. Pois, essas práticas eram impossibilitadas, devido a proibição da liberdade de manifestação em decorrência das práticas ditatoriais que existiram no Brasil.

Isso pode ser visto na LDB de 1996, através da sua definição de educação. Que é aquilo que abrange os processos formativos e que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL,1996).

No que concerne à Educação Superior, a LDB determina em seu art. 4º, que o dever do estado com a educação pública escolar, será efetivado mediante, entre outros fatores, através da garantia do acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. (BRASIL,1996).

Dessa maneira, se observado a organização dos níveis da educação brasileira. Pode-se dizer, que esses níveis mais elevados de ensino, também se refere à educação superior. Visto que, esse nível educacional, embora não seja obrigatório. É, subsequente da educação básica obrigatória.

3.2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA.

A Educação Superior brasileira não é algo novo. Ela possui um histórico vindo desde a chegada da família real no Brasil em 1808. Assim, pode ser vista atualmente como fruto de uma extensa construção durante o passar dos anos. Anísio Teixeira (1989) em seu livro “Ensino superior no Brasil: Análise e interpretação de sua evolução até 1969” relata que até os começos do séculos XIX, a universidade brasileira foi a Universidade de Coimbra. Para onde os brasileiros se deslocavam, após sua conclusão dos cursos nos Reais Colégios Jesuítas. O brasileiro estudante desta Universidade de Coimbra não era visto como estranho, e sim, um português nascido no Brasil.

De acordo com Teixeira (1989), a chegada do Príncipe Regente ao Brasil, fez com que o comércio local, solicitasse a fundação de uma Universidade Literária na Bahia, oferecendo-lhe o dinheiro para o custeio da construção do palácio real, e da universidade. Todavia, a solicitação foi negada, e o príncipe apenas deliberou a criação do Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia em fevereiro de 1808.

Posteriormente com a transferência da corte para o Rio de Janeiro, criou-se lá a Escola de Cirurgia, Academias Militares, Escolas de Belas Artes, Museu e Biblioteca Nacional e Jardim Botânico. Com o passar do tempo, também foram criados dois cursos de Direito, em São Paulo e Olinda. Além da criação da Escola de Minas.

Essas criações, eram as Escolas Profissionais, que embora sendo criações significativas para um período inicial da educação superior no Brasil, não se organizavam sob forma universitária.

Durante esse primeiro período, de 1808 a 1889, o sistema de ensino superior se desenvolve lentamente, em compasso com as rasas transformações sociais e econômicas da sociedade brasileira. Tratava-se de um sistema voltado para o ensino, que assegurava um diploma profissional, o qual dava direito a ocupar posições privilegiadas no restrito mercado de trabalho existente e a assegurar prestígio social. (SAMPAIO, 2004, p. 3)

Diante do exposto, torna-se notório, que o período inicial da educação superior no Brasil, se organizou apenas para profissionalizar indivíduos em um mercado de trabalho de prestígio social.

Todavia, só em 7 de setembro 1920, através do Decreto Nº 14.343, foi instituída a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), pelo Presidente Epitácio Pessoa. Podendo assim, definir tal universidade, como sendo a primeira a ser criada pelo Governo Federal no Brasil.

Pode-se ver, que a educação superior brasileira passou por um período de resistência, para que a sua construção chegasse até aos dias atuais. Teixeira (1989) mostra que a expansão da educação superior brasileira é constante e crescente, porém só em 1945 essa expansão é acelerada, chegando a dar após 1960, um verdadeiro salto.

Atualmente a Educação Superior Brasileira, como os outros níveis de ensino, é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases, já citada anteriormente. Diferente do modelo inicial de educação superior no Brasil, em que a mesma servia mais especificamente como forma de profissionalização. A lei estabelece que esse nível educacional, atualmente tem as seguintes finalidades:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que

vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII – atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.” (BRASIL, 1996, p. 32 – 33)

A partir das finalidades definidas por lei, para a Educação Superior, conclui-se que a mesma possui um caráter contributivo. No sentido de estar instituída no país como um nível educacional capaz de trazer melhorias para a sociedade através da produção e disseminação do conhecimento científico e/ou cultural, por exemplo.

Para que se compreenda a dimensão da expansão da educação superior no Brasil atualmente, em questões relacionadas ao aumento de instituições e do número de matrículas, pode-se recorrer ao Censo da Educação Superior. Uma pesquisa estatística da educação superior brasileira. Esse censo é anualmente realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

De acordo com o INEP (2018), o Censo se configura como a mais importante pesquisa estatística sobre a educação superior no Brasil. Fornecendo informações relevantes para possibilitar a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas.

Constatou-se através do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2018) que o Brasil conta atualmente com o total 2.537 Instituições de ensino superior (IES), essas instituições, se dividem entre: Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Institutos Federais (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets). Desse total apresentado, apenas 299 são da rede pública. Ou seja, a maioria das instituições de educação superior no Brasil são da rede privada.

No que diz respeito às matrículas na educação superior, entre 2008 e 2018 o número de matrículas nas IES públicas, cresceram 33,8%. Cabe ressaltar que a educação superior, além de ser ofertada por Instituições federais, também são ofertadas por instituições estaduais e Municipais.

O expressivo aumento do número de matrículas na educação superior, pode ser justificado principalmente pela expansão do ensino superior, expressa pela criação de novos tipos e modalidades de cursos, tipos de IES e também pelas políticas de inclusão social e ações afirmativas (NEVES, RAIZER e FACHINETTO, 2007, p. 124).

Conforme Catani e Hey (2007) essa expansão da educação superior pode ter sido ocasionada, a partir da quase universalização do ensino fundamental nos anos de 1990. Onde ampliou-se o número de alunos cursando o ensino médio. Gerando assim, uma pressão populacional pela continuidade em seus estudos.

A expansão da educação superior brasileira, também está presente no PNE (Plano Nacional de Educação). O mesmo foi lançado pela Lei 13.005, de 25 de Junho de 2014. Seu texto determina diretrizes e metas para a educação no país em um período de dez anos (2014 – 2024).

Dentre as vinte metas estabelecidas no PNE, a de número doze diz respeito à educação superior brasileira, e estabelece a ampliação da oferta de vagas na educação superior. Para o cumprimento da meta, uma das estratégias estabelecidas é ampliar essa oferta, por meio da expansão e interiorização da rede federal de Educação Superior (BRASIL, 2014).

3.3 O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR, E O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO COMO PRINCIPAL FORMA DE ACESSO.

Através dos dados mostrados pelo censo da educação superior, citados anteriormente, torna-se possível imaginar a educação superior como um nível de fácil acesso no Brasil, ainda mais pelo fato da mesma ser um direito, como foi mostrado aqui. O que não deve ser generalizado. As discussões que abrangem esse nível educacional atualmente, são várias. Uma delas são as dificuldades encontradas para que esse acesso seja concretizado pelos cidadãos. Ou seja, as causas da exclusão educacional.

Conforme Carvalho e Waltenberg (2015) estudar as dificuldade de acesso à educação superior é importante pelo fato do Brasil ter menos de 20% de sua população adulta com esta qualificação. Fator esse que faz com que a produtividade e a capacidade da economia brasileira em adquirir e desenvolver novas tecnologias, seja afetada. Além disso, pessoas mais instruídas, ganham mais e estão menos expostas ao desemprego, fatores que contribuem para uma melhor qualidade de vida para elas e sua família.

A partir do exposto, pode-se concluir que a garantia do acesso à educação superior no Brasil, é importante e vem a proporcionar benefícios aos dois lados. Ao país que oferta esse nível de educação, e ao cidadão que tem direito de usufruir dele.

Em discussões levantadas por Gentili (2009), mostra-se que a exclusão não se resume basicamente em uma posição ocupada na estrutura institucional de uma determinada sociedade. A exclusão é uma forma de relação social. Ou seja, os indivíduos que estão excluídos do direito à educação, não é apenas pelo fato de estarem fora de uma instituição educacional, por exemplo. Também devem ser consideradas circunstâncias que possam vir a afastá-los desse direito. Circunstâncias essas, capazes de negar ou atribuir o direito à educação de uma forma restrita e/ou condicionada.

Mediante ao exposto, é possível trazer para à discussão a chamada *exclusão includente*, que define-se como:

Processo mediante o qual os mecanismos de exclusão educacional se recriam e assumem novas fisionomias, no contexto de dinâmicas de inclusão e inserção institucional que acabam sendo insuficientes ou, em alguns casos, inócuas para reverter os processos de isolamento, marginalização e negação de direitos que estão envolvidos em todo processo de segregação social, dentro e fora das instituições educacionais (GENTILI, 2009, p. 1061)

Em outras palavras, a *exclusão includente* ocorre, a começar do momento em que um direito é garantido. Por exemplo, através de leis e estatutos. Porém, outros meios que deveriam servir como facilitador da garantia desse direito, acabam também sendo dificultosos.

Consegue-se deste modo, classificar como elementos que buscaram garantir o acesso à educação superior: O reconhecimento desse direito de forma legal; A expansão da educação superior, observada através do Censo da Educação Superior, aqui citado; E as ações afirmativas. Em síntese, essas ações afirmativas consistem em estratégias para a promoção de oportunidades iguais. Em concordância com Moehlecke (2002), ações afirmativas assumem forma através de programas governamentais e Leis. Podendo ser exemplificada como uma ação afirmativa, a Lei nº 12.711 de 2012. Mais conhecida como lei de Cotas.

Por outro lado, discussões acerca dos meios de acesso à educação superior nos leva a reflexões, sobre a forma de acesso, em condições de igualdade entre os candidatos que existe, ou que deveria existir. Principalmente quando se trata do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Como é sabido, atualmente o principal meio de acesso à Educação superior é o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O exame foi instituído em 1998. De acordo com Travitzki (2008), o ENEM, teve como objetivo inicial, realizar a avaliação da capacidade de raciocínio dos alunos. Dado que o exame foi desenhado, para avaliar se o egresso da educação obrigatória, estava apto para exercer sua cidadania, e também avaliar o seu preparo para o trabalho, ou continuidade nos estudos.

O órgão responsável pela aplicação do exame é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). Uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC). O exame foi criado durante o governo Fernando Henrique Cardoso, e possuía um total de 63 questões e uma redação, que eram realizadas em apenas um dia de prova.

A partir de 2004, com a criação do ProUni (Programa universidade para todos), o ENEM passou a ser utilizado como critério de seleção para a obtenção de bolsas, integrais ou parciais em instituições de educação superior, da rede particular de ensino.

Em 2010, surge por parte do MEC uma nova proposta de exame, que é utilizada até os dias atuais, o novo ENEM. Sua estrutura continuou com uma redação, devendo ser escrito um texto dissertativo argumentativo. E o tema proposto, seria a partir de um tema de ordem social. Além disso, a prova agora passou a ter 180 questões, divididas igualmente entre quatro áreas do conhecimento, sendo: Ciências humanas e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; Linguagens, códigos e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias. O novo ENEM, agora podendo ser utilizado como forma de seleção nas IES da rede pública.

Em síntese, atualmente a utilização do Enem como critério de ingresso em IES, se dá basicamente através de três plataformas: O Sistema de Seleção Unificado (SiSu), onde candidato pode concorrer à vagas em IES públicas; O Programa Universidade Para Todos (PROUNI), onde pode-se concorrer à bolsas integrais e parciais nas instituições privadas; O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que oferta financiamentos totais, ou parciais de estudos.

Conforme Travitzki (2013) embora já tendo seu resultado como parte do processo seletivo de ingresso em algumas universidades desde os anos 2000, incluindo a USP (Universidade de São Paulo), só recentemente o Enem se consolidou como uma espécie de vestibular nacional, sendo utilizado por quase todas as instituições federais, além de possuir um sistema próprio para isso, o Sistema de Seleção Unificado (SISU).

E assim, a partir dessa consolidação como um vestibular nacional, surgem as discussões em relação a utilização do Enem como critério de ingresso na educação superior.

Em primeiro lugar, pode-se levar em consideração o fato do mesmo ter passado por mudanças, desde a sua criação até o momento atual. O exame, passou de avaliador da educação básica, para um vestibular nacional. Para Travitzki (2013) deve-se ter cautela, ao utilizar um mesmo instrumento de seleção, para diversas finalidades.

Alguns autores definem que o Enem não é uma meio democrático de acesso à educação superior. Ana Paula Hey (2009) define que o exame não é capaz de mudar a realidade que foi marcada pela desigualdade de oportunidades.

As pesquisas que analisam o perfil de ingressantes no ensino superior evidenciam que o nível socioeconômico é fator determinante nas possibilidades de ingresso. A existência de um exame nacional não tem potencial para alterar as desigualdades sociais, que se traduzem em desigualdades educacionais. O Enem, apesar de gratuito para os alunos da escola pública, dificilmente terá potencial de alterar as chances de ingresso dos menos favorecidos no ensino superior. Portanto, não é por meio dele que se produzirá maior justiça. (SOUSA, 2009, p.1)

Ou seja, o nível socioeconômico é um fator que possui influência no ingresso à educação superior. E o Enem, como meio de acesso não garante um acesso igual. Levando em consideração a desigualdade social por exemplo. O que contrapõe a ideia de que o exame é uma forma democrática de acesso à educação superior.

Dado que, para Andriola (2011), a utilização do Enem, como principal forma de acesso à educação superior também teve, como objetivo a democratização desse nível educacional.

Um dos argumentos utilizados, para defender essa ideia do Enem não ser uma forma de garantir igualdade de acesso à educação superior, pode se concentrar no ensino que cada participante possui anteriormente a realização da prova.

Sousa (2009) define que os vestibulares direcionam os currículos das escolas, onde os estudantes têm como objetivo o prosseguimento nos estudos. Além disso, proliferam os cursos preparatórios para o Enem, os chamados cursinhos pré-vestibular. Que, têm o objetivo de preparar os candidatos para a realização da prova.

Em vista disso, é possível ver-se que a concorrência pelas vagas nas IES, não é igual. Entre os estudantes que podem pagar cursinhos pré-vestibular e os que não podem pagar. E também, entre estudantes de escolas com o ensino direcionado a realização do Enem, e os que estudam em escolas que seguem as diretrizes do MEC. Afinal, entre as

finalidades do ensino médio (nível de ensino que antecede a educação superior), definidas pela Lei de Diretrizes e Bases (1996), não existe nenhuma que cite o ensino médio como preparador de alunos para a realização do Enem.

Cabe ressaltar, que em concordância com Zago (2008) o comércio de cursinhos pré-vestibular, somado a estratégias familiares, vem a contribuir com a elitização do ensino superior, isso porque a origem social dos candidatos exerce forte influência no acesso às carreiras mais prestigiosas, pois, à essas origens estão associados uma soma investimentos que se transformam em credenciais de peso nos processos seletivos.

3.4 A ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RAIMUNDO CÉLIO RODRIGUES.

O Ensino Médio, é uma das etapas da Educação Básica Brasileira. Etapa essa que antecede a Educação Superior. E, devendo ser oferecida prioritariamente pelos Estados. (BRASIL, 1996). Além disso, é nessa etapa em que os alunos participam do Enem. Podendo participar nos dois primeiros anos como “treineiros” (Nome atribuído aos alunos que ainda não podem utilizar o resultado do exame em processos seletivos nas IES). E o último ano, corresponde ao ano em que os resultados podem ser utilizados para concorrer às vagas nas IES.

Esse nível de ensino possui uma duração mínima de três anos, e tem como finalidades:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996)

Assim, o ensino médio corresponde basicamente a uma etapa da educação básica, que tem como objetivo o desenvolvimento humano, em sentidos éticos, intelectuais, científico, além do aprofundamento dos conhecimentos adquiridos, na etapa anterior, o ensino fundamental.

A Escola Estadual de Educação Profissional Raimundo Célio Rodrigues, é uma instituição de Ensino médio em tempo integral, localizada em Pacatuba no estado do Ceará. Pode-se dizer que é uma instituição educacional recente, pois a mesma possui apenas 5 anos de funcionamento.

A instituição, faz parte da rede de EEEP's do Estado no Ceará. Essas, no caso correspondem a escolas de ensino médio que possuem, integrado à sua base curricular do ensino médio os cursos técnicos. No caso da instituição aqui tratada, os cursos ofertados junto ao ensino médio são: Administração, Automação Industrial, Eletromecânica e Informática.

Em concordância com Alves (2017), a expansão das EEEP's ocorreram a partir de 2008, quando o Governador Cid Gomes, tornou público, o Plano Integrado da Educação Profissional e Tecnologia do Estado do Ceará. Tal plano é em grande medida, influenciado por uma política nacional para o ensino médio do governo federal. O Programa Brasil Profissionalizado, lançado em 2007.

A escola recebe anualmente o total de 180 estudantes, oriundos do ensino fundamental, divididos igualmente entre os quatro cursos disponíveis. A forma de acesso à escola, é por meio de inscrições, realizadas ao final do ano, para a entrada no ano seguinte. E também de seleção, onde é levado em consideração principalmente a média das notas dos estudantes desde o 6º ano do ensino fundamental até o 9º ano (notas até o momento da inscrição, geralmente até o 3º bimestre do 9º ano).

Cabe ressaltar, que 80% das vagas (144 vagas) são reservadas para estudantes oriundos de escolas públicas, e os 20% restantes (36 vagas) são reservadas para estudantes oriundos de escolas particulares.

De acordo com Alves (2017) a expansão das escolas de ensino médio profissionalizante, em detrimento das escolas de ensino médio regular, bem como sua forma de funcionamento, controle e disciplinamento dos jovens, revelam em si uma tentativa de inclusão pelo mundo do trabalho, o que não quer dizer que estes atores devam abrir mão do desejo de cursar uma faculdade.

Nesse contexto de inclusão pelo mundo do trabalho, é possível destacar a obrigatoriedade do estágio curricular.

O estágio curricular é obrigatório durante o terceiro ano do curso, sendo compreendido como uma atividade educacional na qual o aluno aprimora suas habilidades, atitudes e competências individuais sob a orientação de um profissional responsável por seu acompanhamento e por sua avaliação. Como atividade remunerada pelo Governo do Estado, o cumprimento do estágio

curricular requer deste um aporte financeiro significativo, além da efetivação de parcerias com empresas e instituições públicas diversas conveniadas com a SEDUC. (OLIVEIRA; JUNIOR, 2015, p. 97)

Ou seja, através do estágio curricular, o estudante tem a oportunidade de inserção no mercado de trabalho, tendo inicialmente a oportunidade de desenvolver na prática os conhecimentos adquiridos na sua área de atuação.

No ensino médio profissionalizante, o fato de haver a obrigatoriedade do Estágio Curricular ao final do ensino médio, gera, na percepção de alguns jovens, expectativas também em relação ao futuro a partir da inserção numa atividade laboral. (ALVES, 2017).

Em relação ao tipo de gestão exercida nesse tipo de instituição, se trata da denominada TESE (Tecnologia Empresarial Sócio Educacional). Que de acordo com Maciel (2014) possui como princípios fundamentais, o protagonismo juvenil, a formação continuada, a atitude empresarial, a corresponsabilidade e a replicabilidade.

A TESE, portanto, não se deriva das teorias da educação, se apresentando, por esse motivo, vazia de fundamentos para dar sustentação a um projeto educacional, mas, contraditoriamente acabou sendo erigida a condição de referência basilar para a organização das atividades curriculares, uma vez que seus princípios e concepções passaram a compor o currículo como disciplinas. (MACIEL, 2014, p. 2)

Dessa maneira, observa-se que a crítica principal nesse modelo de gestão, está concentrada no fato de haver um distanciamento de fundamentos educacionais, aproximando-se mais de um modelo voltado para o mundo empresarial.

Porém, também é possível trazer algo positivo em relação a implantação das escolas profissionalizantes no estado do Ceará. Oliveira e Junior (2015) destacam que o número de jovens egressos das Escolas Profissionalizantes que ingressam na educação superior, se sobrepõe ao número de jovens que ingressaram no mercado de trabalho. “Os indicadores relacionados ao ingresso de concludentes das EEEP no mercado de trabalho e sua aprovação na universidade materializam o ideário da política de educação profissional do Ceará” (OLIVEIRA; JUNIOR, 2015, p. 103)

4 METODOLOGIA.

Levando em consideração a importância da metodologia para uma pesquisa científica, a presente metodologia foi adequada levando em consideração o período em que ocorre o projeto Padrinhos do Enem, que no caso é o fenômeno que será pesquisado. Como será descrito a seguir. Além disso também foi levado em consideração, o ambiente no qual a mesma será realizada, principalmente as questões éticas. Assim, para melhor obtenção de resultados, utilizei para a construção metodológica contribuições de Gil (2010), Creswell (2007) e Yin (2010).

4.1 O OBJETO DE ESTUDO.

A pesquisa utilizará para estudo, o projeto “Padrinhos do Enem” desenvolvido na EEEP Raimundo Célio Rodrigues, com o objetivo de apoiar o acesso ao ensino superior, pelos alunos do terceiro ano da instituição.

Sobre a estrutura do projeto, é importante trazer algumas definições. Os professores e o núcleo gestor são responsáveis por acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, anteriormente a realização do Enem. E por isso eles são chamados de “padrinhos”.

Ele tem como público alvo, alunos do 3º ano. E isso se justifica, pelo fato de ser a série em que os alunos estão prestes a saírem do ensino médio, tendo como uma das opções a serem seguidas posteriormente, a educação superior. Esse alunos, dentro do projeto são denominados de “afilhados”.

O desdobramento do Padrinhos do Enem, se dá no início do ano letivo e vai até a utilização da nota do exame nas plataformas de seleção. Entre esse período, são realizados encontros periódicos entre padrinhos e afilhados, que vão se tornando cada vez mais frequentes com a aproximação da data de realização do Enem.

Cabe ressaltar que o projeto, não possui integrado às suas atividades aulas específicas para a realização da prova do Enem, possuindo apenas orientações para como deve ser realizada a preparação para o Enem. Diferenciando-se um pouco dos tradicionais cursinhos pré-vestibulares. O que pode ser considerado um diferencial, visto que como citado anteriormente, algumas escolas direcionam seus currículos, para a obtenção de bons resultados nos vestibulares.

Assim, não há uma alteração no calendário letivo da escola. Pois, as atividades do projeto não interferem nos horários das aulas. E a comunidade escolar como um todo, aderiu ao projeto, não ganhando nenhum adicional salarial, por exemplo.

Atribuindo principalmente importância à educação superior, como um caminho a ser seguido posteriormente ao ensino médio.

Por fim, a partir do que foi exposto aqui, é possível caracterizar o Projeto Padrinhos do Enem, como uma política social, que mesmo sendo de pequena abrangência atualmente, suas ações são desenvolvidas para o enfrentamento de um problema social, que são as dificuldades de acesso à educação superior. Enfrentadas por grupos socialmente excluídos através da negação de direitos educacionais, visto que “historicamente a negação desse direito se deu através do não reconhecimento dele na legislação nacional, ou um reconhecimento de forma fraca ou indireta”. (GENTILI, 2009, p 1061).

Nesse contexto, política social pode ser definida, a partir do conceito utilizado por Höfling (2001), como ações que determinam o padrão de proteção social, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais. E, seguindo a definição da autora, esses benefícios sociais, por exemplo, são aqueles usualmente entendidos como os de educação, saúde, previdência, habitação e saneamento.

De maneira geral, o projeto Padrinhos do Enem se configura como um caso único, pois suas atividades se diferenciam de outros projeto com o mesmo objetivo. Além disso, as instituições de ensino médio da região não possuem um projeto igual ao Padrinhos do Enem.

4.2 ABORDAGEM E MÉTODO DE PESQUISA.

A presente pesquisa será realizada através de abordagem qualitativa. De acordo com Creswell (2007) A pesquisa qualitativa ocorre em um cenário natural, onde o pesquisador sempre vai ao local onde o participante está, para realizar a pesquisa. O que permite que o mesmo se envolva no local e nas experiências dos participantes, estabelecendo harmonia e credibilidade entre as partes do estudo. Além disso, a análise dos fenômenos pelo pesquisador, ocorre de forma holisticamente. Por isso, as pesquisas qualitativas são amplas em vez de microanálises.

No que se refere aos fins da pesquisa, sua natureza será descritiva. De acordo com Gil (2010b) são pesquisas descritivas aquelas que buscam descobrir a existências de associações entre variáveis. No caso se adequa para a presente pesquisa, busca analisar um projeto desenvolvido em uma instituição, que objetiva promover o acesso à educação superior.

Tendo em vista, que a pesquisa será realizada durante a realização do projeto Padrinhos do Enem, o método de pesquisa será um Estudo de caso, que foi escolhido a partir da definição de Yin (2010), que caracteriza o estudo de caso como sendo um tipo de pesquisa, que permite o pesquisador retenha as características holísticas e significativas dos eventos da vida real. Por isso, de acordo com Gil (2010a) o Planejamento do Estudo de caso tende a ser flexível. E esse foi um dos fatores que me levou a escolher o Estudo de caso, visto que como será uma pesquisa realizada em uma instituição escolar, ela deve se adaptar a dinâmica da instituição.

Além disso Gil, (2010a) ainda esclarece que durante muito tempo o Estudo de Caso foi visto como um procedimento pouco rigoroso, mas atualmente é encarado como um delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno dentro de seu contexto real. Como é o caso do Projeto Padrinhos do Enem.

4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.

A população da pesquisa será os participantes do projeto Padrinhos do Enem (Padrinhos e afilhados). A amostragem da pesquisa será do tipo Amostragem estratificada, que nesse caso é caracterizada pela seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada (GIL, 2010a). Considerando essa definição, serão convidados aleatoriamente e conforme disponibilidade para a pesquisa: Padrinhos e afilhados, da edição do projeto Padrinhos do Enem em que a pesquisa será realizada.

Sobre seleção de amostra, Gil (2010b) considera que para assegurar representatividade de participantes, deve ser selecionado uma quantidade proporcional de participantes de cada subgrupo. Porém na presente pesquisa, o número da amostra de cada subgrupo citado aqui, será definido quando a pesquisa proposta tiver iniciado. Isso, pois o número de participantes pode variar a cada edição do projeto. Essa variação pode ser explicada pela transferência de alunos para outras instituições, causada por fatores como reprovação, ou desistência do aluno em cursar a modalidade de ensino da escola, que é o ensino médio profissionalizante.

4.4 COLETA DE DADOS E ÉTICA DE PESQUISA.

Para garantir profundidade ao Estudo de caso, Gil (2010a) esclarece a necessidade da utilização de variados tipos de coletas de dados. Desse modo a pesquisa

contará com algumas técnicas de coletas de dados. Essas técnicas foram definidas levando em conta as considerações de alguns autores, em relação a elas.

Utilizei inicialmente técnica de pesquisa, a Entrevista por Pauta. Que constitui-se como sendo aquela que apresenta certo grau de estruturação, onde o entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente sobre o que foi pautado. Caso haja um afastamento das pautas, é possível que o entrevistador intervenha de maneira sutil. Para que seja preservada a espontaneidade do processo (GIL, 2010b). Esse tipo de entrevista será útil com o núcleo gestor da instituição, a fim de compreender a organização do Projeto padrinhos do Enem. Além disso, Gil (2010b) acrescenta que após o término desse tipo de entrevista, o pesquisador poderá reconstruí-la de forma estruturada, para que se possa fazer uma análise objetiva.

Para melhor obtenção de resultados utilizarei com técnica, grupos focais que são aqueles realizados com 6 ou 8 pessoas cada grupo. Utilizando dessa maneira poucas perguntas, sendo elas abertas, visando a obtenção de visões e opiniões dos participantes (CRESWELL, 2007). Cabe ressaltar que essa técnica será utilizada em momentos diferentes do Projeto Padrinhos do Enem, com os participantes (afilhados): Será utilizada no início para que se possa entender as expectativas dos alunos participantes do projeto, dado que os mesmo não tiveram experiência em outras edições. E também no final, com o objetivo de comparar suas expectativas com o que foi vivenciado durante a participação no projeto. Para aplicar essa técnica Com os professores (Padrinhos) levarei em consideração primeiramente as observações feitas durante as atividades do projeto. A fim de obter informações relacionadas ao que foi observado, Este tipo de pesquisa é bastante utilizada com grupos de pessoas que passaram por uma experiência específica. (GIL, 2010b)

Utilizarei a técnica de Observação, que em concordância com Creswell (2007) consiste na ação do pesquisador em observar e tomar notas de campo, sobre o comportamento e atividades das pessoas no local da pesquisa. O tipo de observação será a Observação Sistemática, que de acordo com Gil (2010b), se refere a um tipo de observação que é frequentemente utilizada em pesquisa que possuem o objetivo de descrever precisamente fenômenos, podendo ocorrer em situações de campo ou laboratório. Além disso, Gil (2010b) considera a necessidade de que os participantes não saibam que estão sendo pesquisados, o que pode gerar problemas, em relação à pesquisa com seres humanos. Dessa maneira, a presente técnica contará com a ciência do participante da pesquisa.

Levando isso em consideração, essa técnica de pesquisa será utilizada para observar alguns aspectos: As atividades do projeto Padrinhos do Enem, Os atores participantes do projeto, e as relações existentes entre esses atores. Quando se trata dessas relações, me refiro basicamente a relação existente entre o Padrinhos e Afilhados durante os encontros. Dessa maneira, O registro de observação será realizado através de tomadas de notas por escrito, e utilização de gravação de som e imagem.

Também será utilizada a consulta documental. Pois, fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador, dados em quantidade e qualidade suficiente, para evitar constrangimentos que ocorrem em pesquisas realizadas diretamente com pessoas (GIL, 2010b). Creswell (2007) explica que esses documentos podem possuir natureza pública ou privada. Na pesquisa aqui proposta, os documentos que serão utilizados são basicamente os que são produzidos nos encontros entre os Padrinhos e Afilhados ou ao final dele.

Então nesse, caso a técnica citada será utilizada para que se possa conhecer as metas e os objetivos definidos durante os encontro entre padrinhos e afilhados, e os planos de estudos elaborados durante os encontros. Além disso, também serão analisados documentos feitos pela escola, em relação aos índices de aprovação nos cursos de educação superior, por parte de alunos egressos mais especificamente referente ao ano de 2019.

Para que se possa identificar as potencialidades do projeto Padrinhos do Enem, quanto a inserção de alunos no Ensino Superior na região onde se insere. Ou seja, como um projeto dessa natureza, contribui com a região na qual o mesmo é desenvolvido. Serão utilizados os dados obtidos a partir das técnicas citadas anteriormente, de forma conjunta.

Por fim, cabe ressaltar que será necessário a tomada de procedimentos éticos de pesquisa. Lankshear e Knobel (2008) esclarecem que na pesquisa educacional a ética é necessária para garantir que os interesses e o bem-estar das pessoas não sejam prejudicados em decorrência da realização da pesquisa.

Pensando nisso, serão elaborados formulários de consentimentos para serem assinados pelos participantes, e serão entregues juntamente com uma carta de informação. O formulário, de maneira geral solicitará a permissão dos participantes em relação a utilização de técnicas de pesquisa. Como por exemplo, a gravação de áudio ou a captura de imagens. Além disso, deixará o participante informado sobre a possibilidade de deixar a pesquisa a qualquer momento, além de informar que sua participação se dará de forma

voluntária. O formulário será assinado pelo próprio participante, caso o mesmo seja maior de idade. E pelo seu responsável legal, caso seja menor de idade.

Enquanto a carta de informação, possuirá informações gerais sobre a pesquisa, seus objetivos, as técnicas que serão utilizadas e o seu cronograma. Além do contato do pesquisador para que qualquer dúvida que os participantes venha a ter, sejam sanadas.

O cronograma de pesquisa foi elaborado, considerando o tempo em que acontece o projeto Padrinhos do Enem, dado que esse é o que será pesquisado. Além de ter sido pensado adequando-se a como geralmente acontece o calendário letivo escolar da educação básica. Cabe ressaltar, que inclusive o mês de julho, que geralmente é o período de férias, foi adequado para um início da análise de dados.

5 CRONOGRAMA DE PESQUISA.

Etapas do Estudo de Caso	2020												2021	
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	01	02
1. Entrevista com o Núcleo Gestor.		X												
2. Seleção de amostra.		X												
3. Assinatura de formulários.		X												
4. Observação dos encontros.			X	X	X	X		X	X	X				
5. Grupos Focais com Participante do Projeto.			X							X	X			
6. Coleta de Dados de Documentos (2019)							X							
7. Grupo Focal com os Padrinhos.											X			
8. Análise e Interpretação de dados.							X					X		
9. Redação do Relatório.												X	X	

6 REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Alda de Sousa. **Juventudes e Ensino Médio: Transições, Trajetórias e Projetos de Futuro**. Curitiba: Editora Crv, 2017. 210 p.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 19, n. 70, 2011.

BRASIL. LEI 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, DF, jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm#anexo>. Acesso em: 22 abr. 2019.

BRASIL. LEI 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

CARVALHO, Márcia; WALTENBERG, Fábio D. Desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior no Brasil: uma comparação entre 2003 e 2013. **Economia Aplicada**, v. 19, n. 2, p. 369-396, 2015.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula. A educação superior no Brasil e as tendências das políticas de ampliação do acesso. **Atos de pesquisa em educação**, v. 2, n. 3, p. 414-429, 2007.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 619 p.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos, qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed e Bookman, 2007. 248 p. Tradução de: Luciana de Oliveira da Rocha.

DE ALBUQUERQUE FÁVERO, Maria de Lourdes. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, n. 28, p. 17-36, 2006.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2019.

DE OLIVEIRA, Oséas Santos et al. Perspectivas na consolidação do sistema de ensino brasileiro: o desenho da democratização proposto nas leis de diretrizes e bases—Leis 4.024/61 e 9.394/96. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 4, n. 7, 2010.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (FONAPRACE). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018**. Brasília: Fonaprace, 2019. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/forum-nacional-de-pro-reitores-de-assuntos-comunitarios-e-estudantis-fonaprace>>

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 109, p. 1059-1079, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010. 184 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010. 200 p.

HÖFLING, Eloisa de Matos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**. n. 55, p. 30-41, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em:

<[Http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados](http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados)>. Acesso em: 29 set. de 2019.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. **Pesquisa Pedagógica: Do Projeto a Implementação**. Porto Alegre: Artmed, 2008. 326 p. Tradução de: Magda França Lopes.

MACIEL, Maria José Camelo. O Currículo Das Escolas Estaduais De Educação Profissional (Eeeps) do Ceará: Concepções D Práticas. **Encontro Nacional de Didática e Prática De Ensino**, v. 17, p. 2809-2820, 2014.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, n. 117, p. 197-217, 2002.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochele Feline. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**. Porto Alegre. Vol. 9, n. 17 (jan./jun. 2007), p. 124-157, 2007.

OLIVEIRA, Sulamita Torres de; JUNIOR, Antônio Germano Magalhães. A Escola Estadual de Educação Profissional no Ceará. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 5, n. 15, p. 86-106, 2015.

PROFESSORA da USP questiona Enem como forma de democratização do acesso à universidade. **Notícias da UFMG**, Belo Horizonte, 22 de outubro de 2008. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/online/arquivos/013510.shtml>>. Acesso em: 13, out. 2019.

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro. **São Paulo, NUPES, Documento de Trabalho**, v. 8, p. 91, 1991.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **Direito à Educação: A LDB de A Z**. São Paulo: Avercamp, 2008. 120 p.

SAVIANI, Demerval. Sistema nacional de educação articulado ao plano nacional de educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, p. 380-393, 2010.

SOBRINHO, José Dias. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, 2010.

SOUSA, Sandra Záquia. Um funil de Incertezas. Entrevista concedida a Mônica Manir. **O Estadão**, São Paulo, out. 2009. Disponível em: <<https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,um-funil-de-incertezas,449166>>. Acesso em: 13 out. 2019.

SPARTA, Mônica; GOMES, William B. Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. **Revista brasileira de orientação profissional**, v. 6, n. 2, p. 45-53, 2005.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989. 186 p. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livros/chama_adicionais.htm>. Acesso em: 20 out. 2019.

TRAVITZKI, Rodrigo. **ENEM: limites e possibilidades do Exame Nacional do Ensino Médio enquanto indicador de qualidade escolar**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Da invenção do vestibular aos cursinhos populares: um desafio para a orientação profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, p. 289-297, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 248 p. Tradução de: Ana Thorell.

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro de entrevista com o núcleo gestor da instituição (Grupo Focal)

- 1) A partir de quê, vocês do núcleo gestor sentiram a necessidade de um projeto como o Padrinhos do Enem?
- 2) Ele é um projeto original da instituição, ou vocês adaptaram ele a partir de algum outro projeto existente?
- 3) Como vocês levaram a ideia do projeto para o restante da comunidade escolar? professores e alunos.
- 4) Como eles (comunidade escolar) reagiram a ideia?
- 5) Como o projeto se estrutura atualmente, em relação a sua organização?
- 6) Antes do início do projeto, vocês exigem algo dos “padrinho” para que seja feito com seus afilhados? ou eles tem a liberdade total em relação a sua metodologia?
- 7) O que fez com que o projeto continuasse até o momento atual?
- 8) Ele (o projeto) passou por modificações ao decorrer das edições? Se sim, quais e Por quê?
- 9) Vocês acreditam que o projeto ainda tenha pontos a melhorar? Se sim, quais?
- 10) O projeto possui algum tipo de registro, juntamente aos órgãos superiores? Como por exemplo, a Secretaria de Educação.

Apêndice B - Entrevista inicial com participantes do projeto Padrinhos do Enem (Grupo Focal).

- 1) Quais as perspectivas de vocês em relação a saída do ensino médio para a educação superior?
- 2) Vocês acreditam que o projeto Padrinhos do Enem possa ajudar vocês em relação a isso? (Saída do ensino médio para a educação superior)
- 3) Vocês acreditam que esse projeto é realmente necessário? Por quê?
- 4) Vocês (ou a família) possuem condições financeiras de pagar um tipo de curso voltado para o Enem, fora da escola?
- 5) Quais suas expectativas para o projeto Padrinhos do Enem? Acreditam que se adaptam fácil as suas atividades? (Encontros e planos de estudos)

Apêndice C - Entrevista Final com participantes do projeto Padrinhos do Enem (Grupo Focal)

- 1) Em relação a saída do ensino médio, para a educação superior, vocês já possuem definido o curso e/ou instituição?
- 2) Vocês estão próximos da realização do ENEM. Se sentem confiantes para a realização da prova? Se sim, o projeto Padrinho do Enem ajudou com isso? Se não, por qual motivo?
- 3) Depois de passar por todo o projeto. Vocês acreditam que esse projeto é realmente necessário? Por quê?
- 4) Existe algo que vocês mudariam no Projeto Padrinhos do Enem? Se sim, quais?
- 5) De modo geral, como vocês definiriam a experiência de vocês no projeto Padrinhos do Enem?

Apêndice D - Roteiro de Observações

Pontos principais de observação:

- 1) Como ocorrem as atividades durante o projeto Padrinhos do Enem (Encontros entre padrinhos e afilhados);
- 2) O que é feito durante as atividades;
- 3) Os locais onde ocorrem essas atividades. Levando em consideração, que cada padrinho possui seu espaço de encontro com seus afilhados.
- 4) Como é a relação entre os atores participantes nessas atividades.

Apêndice E - Entrevista com os “Padrinhos” do Enem.

As perguntas desta entrevista, serão elaboradas após o processo de observação dos encontro entre Padrinhos e Afilhado, durante as atividades do Projeto Padrinhos do Enem. Pois levará em consideração os aspectos que foram observados.

Apêndice F - Os dados documentais

Nesse ponto, serão extraídos para análises, informações relacionadas às metas estabelecidas durante os encontros entre padrinhos e afilhados e os planos de estudos elaborados durante os encontros iniciais do projeto. Além disso, serão recolhidas para análise, informações referentes às edições anteriores do projeto Padrinhos do Enem. Como por exemplo, quantidade (ou estimativa) de alunos que ingressaram na Educação superior e a média de notas da escola em anos anteriores no Enem.